

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7588/3289-7594

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

5ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 29 de Agosto de 2013

Hora: das 14h30min às 16h16min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120

Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

13 de setembro de 2013

Degração: ZAP Multimídia

degravacao@via-rs.net

**Endereço para correspondências
Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7588/3289-7594
E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br**

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2013, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas e trinta minutos, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Cláudio Dilda, da **SMAM**; Marcos Vinício Mucillo Padilha, do **DEP**; Leonardo Fontoura, **suplente do GP**; Neuza Henrich da Rocha, do **DMAE**; Allan Guedes Pozzebon, **suplente do DMAE**; Eduardo Fleck, do **DMLU**; Fabiano Mesquita Padão, suplente da **SMURB**; Ludwig Buckup, do **IGRÉ**; Felipe Charczuk Viana, do **Instituto Econsciência**; Edison Ricardo Kern, do **Maricá**; Paulo Brack, do **INGÁ**; Andréa Pinto Loguercio, **suplente da UFRGS**; Rosane Souza da Silva, da **PUC/RS**; Maurício Scherer, da **UAMPA**, Jupiter Palagi de Souza, da **OAB/RS**; Cid Silva Soares, do **MJDH**; Magda Creidy Satt Ariolli, do **CRBIO 3** e Carlos Roberto Santos da Silveira, do **CREA/RS**. **Justificaram:** Maria do Carmo Gualdi Lebsa, do GP e Paulo Fernando de Farias, da CUT. **Convidados:** Maria da Graça Ortolan, do DMAE e Gilson Lessa, da OAB/RS e presidente da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saúde Ambiental. **Ouvintes:** Juliana Stangherlin, da Souto Correia Advogados e Marcelo Roncato, da UFRGS.

Pauta:

- 1) Aprovação da ata da reunião do dia 25/07/2013;
- 2) Relato da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saúde Ambiental;
- 3) Relato da Câmara Técnica de Legislação e Educação Ambiental;
- 4) Relato da Câmara Técnica de Áreas Naturais e Paisagem Urbana;
- 5) Apresentação da proposta “COMAM Debate”;
- 6) Organização da Comissão para a VI Conferência Municipal do Meio Ambiente;
- 7) Assuntos gerais.

• Relato:

1 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Obrigado. Agora sim. É isso? Num ambiente assim tão restrito é
2 até meio chato utilizar microfone para a gente se comunicar. Mas como temos a gravação,
3 então assim será. Meus caros conselheiros, boa tarde, bem-vindos, bis boa tarde. Bem-
4 vindos. E abrimos assim, então, agora que se completou o quórum a reunião de hoje do
5 Conselho, a 5ª ordinária. A Cláudia de imediato então vai passar a informar as justificativas
6 de ausências.

7 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Boa tarde. Então, quem justificou: CUT, tanto o Paulo
8 quanto a Helena, eu liguei para lá, os dois passaram a noite numa eleição, me disseram
9 então que não poderiam vir. Maurício, da UAMPA, tentaria vir, mas também estava com
10 dificuldade por outro compromisso. A professora Georgina – que não é membro, mas é
11 nossa presidente da Câmara de Legislação – também está na pauta um relato dela, mas
12 ela operou o olho e está se recuperando, então eu farei o relato por ela. E a Maria do
13 Carmo, do GP, que também por compromisso de outra reunião lá na prefeitura, ela não
14 poderá vir. Seriam esses.

15 **Cláudio Dilda, da SMAM:** OK. Lembramos então a praxe de que os membros deste
16 Conselho se identifiquem a cada intervenção para fins de ata. Cláudia, apresentação da ata
17 da reunião passada.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

18 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Isso. Eu recebi um pedido então, de alteração, da
19 Rosane da PUC. Na linha 402-403, quando ela falou em áreas degradáveis e depois ela
20 corrigiu: degradadas. Não constou: degradadas. Então vou solicitar que seja alterada essa
21 parte. A princípio foi o que eu recebi de solicitação de alteração. Alguém teria alguma coisa
22 mais a manifestar?

23 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Alguma correção a mais, prezados conselheiros? Não?
24 Submetemos então à aprovação. Os favoráveis? Aprovada por unanimidade.

25 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Ok. Passamos então para o item número dois, o relato
26 da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saúde Ambiental. Maria da Graça.

27 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Presidente, só gostaria de, de repente dar uma
28 introdução?

29 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Pode, perfeitamente.

30 **Gilson Lessa, da OAB/RS:** Boa tarde a todos. Meu nome é Gilson Francisco Lessa. Estou
31 como presidente da Câmara de Infraestrutura e Saúde Ambiental. A nossa colega vai
32 apresentar aqui um debate feito, que já vinha perdurando desde a gestão sobre os poços,
33 a questão da outorga dos poços. E houve um debate, ela representa o DMAE, e trouxe
34 para a Câmara esse assunto. Que inclusive esse assunto é pauta da Conferência passada.
35 Então nós pegamos. E ela vai expor. Então vou deixar que a nossa colega aqui exponha.

36 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Boa tarde a todos. Para os que não me conhecem: eu
37 sou a Maria da Graça, trabalho no DMAE na área de gestão ambiental. Para alguns essa
38 conversa aqui já é bem antiga. Talvez alguns colegas do DMAE inclusive já sabem de cor
39 minha apresentação. Mas o problema realmente é antigo e ainda está sem solução. Deixa
40 eu ir passando aqui. Basicamente o DMAE ele vem fazendo o cadastro dos poços
41 tubulares profundos já há bastante tempo – desde 97 – por força de uma legislação
42 municipal. Esse cadastro foi criado e desenvolvido pelas antigas divisões de pesquisa da
43 área de instalações e da área comercial do DMAE. E sempre tivemos o apoio técnico de
44 colegas da Secretaria da Saúde e aqui da área de meio ambiente no sentido de
45 fiscalização. Bom, o motivo pelo qual eu estou aqui é que nós estamos... Dentro dessa
46 atividade existe um conflito legal bastante grande e que nos motivou a vir já pela segunda
47 ou terceira vez, conversar aqui com o COMAM, pedindo a ajuda de vocês no sentido de
48 tentar fazer uma alteração da legislação pertinente a esse assunto no município.
49 Basicamente assim: eu não quero me alongar muito, mas eu preciso falar das legislações
50 para dar o contexto do nosso problema. A lei estadual de 72, que foi regulamentada pelo
51 decreto em 1974, ela dá os principais usos para a utilização de água subterrânea, como
52 agricultura, floricultura e abastecimento. Sendo que desde aquela época se coloca que
53 abastecimento é apenas onde não tenha rede pública. Até aí tudo tranquilo. Em 94, quando
54 surgiu a política estadual de recursos hídricos e em 97 depois, quando – desculpe –
55 primeiro vem a estadual de recursos hídricos e depois a nacional, que é posterior. O nosso
56 estado nesse sentido teria sido vanguarda até, que tenta dar um regramento do ponto de
57 vista de meio ambiente para esses recursos naturais. Em 94, concomitante à política
58 estadual de recursos hídricos, tem uma lei municipal que é regulamentada dois anos
59 depois pelo decreto municipal. Bom, essa lei municipal 7560, ela atribui ao DMAE fazer o
60 cadastro dos poços tubulares profundos dentro do município de Porto Alegre; 97 teve o
61 Código Municipal de Saúde, que puxou para si a fiscalização do uso de água subterrânea
62 para abastecimento ou que tenha impacto em saúde pública. Muito que bem. Só que essa
63 criação do cadastro está dentro da normativa legal, que o DMAE teria que fazer uma
64 autorização para perfuração de poços no município. Primeiro conflito: o DMAE é um órgão
65 municipal, água subterrânea é um bem do estado. Então, por força de lei eu não tenho
66 como município dizer: você pode furar um poço para utilização de água subterrânea. E

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

67 mais ainda: como eu vou dar uma anuência de uma perfuração de um poço, se eu não
68 tenho um diagnóstico ambiental de uma área? É a coisa mais insana ainda. Seguindo
69 ainda os nossos problemas, que não terminaram aí: em 2002 então teve o decreto
70 estadual, que tentou regulamentar a 10.350, que é da política de recursos hídricos, que
71 basicamente fechava a questão de regramento de gestão de recursos hídricos, via os
72 papéis dos entes quanto à gestão, conhecimento de território. Muito que bem. Se a gente já
73 não dormia direito, ficou pior ainda com as resoluções do CRH. Em 2009 tiveram duas
74 resoluções: a 60 e a 63 – que eu não consigo entender direito a motivação – mas ampliou
75 os usos, que eram apenas três, uma lei estadual, lá em cima, permitindo que se utilizasse
76 recurso subterrâneo para lavagem de veículos, também para lavanderias e para piscinas
77 de uso coletivo. Bom, segunda questão então: nós temos uma resolução CONSEMA, que é
78 mais permissiva que a lei estadual. Como a lei municipal diz que o DMAE tem que fazer o
79 cadastro, diz que a gente tem que autorizar a perfuração, a gente está numa situação muito
80 ruim. Então o que a gente veio pedir aqui? Nós já apresentamos para a Câmara Técnica. É
81 um auxílio no sentido de que o COMAM emposse, digamos, esta casa, para que a gente
82 possa fazer uma revisão desta legislação municipal, onde a gente possa rever as
83 atribuições tanto do DMAE quanto da SMAM, quanto à Secretaria da Saúde, enfim, para
84 que realmente a gente possa fazer... Primeiro: aquilo que legalmente está dentro da nossa
85 alçada. E outra: para que realmente consiga se olhar para a questão de perfuração de
86 poços com um olhar de meio ambiente. Porque é impossível fazer gestão de um recurso
87 natural se a gente não consegue ter um diagnóstico, uma visão mais holística desta
88 questão. Bom, acho que aqui, até para... Só para lembrar então: basicamente o que a
89 gente tem feito? A gente orienta os usuários, a gente diz que ele precisa ter outorga. A
90 gente efetivamente faz um cadastro. Só que nós não temos uma via direta entre o DRH,
91 que é o Departamento de Recursos Hídricos e o DMAE. A gente tem um cadastro nosso,
92 guardadinho. Que não se fala exatamente com o Departamento de Recursos Hídricos, que
93 por sua vez não usa essa informação para gestão. Bom, então a situação é mais ou menos
94 essa: nós temos usuários, entram no DMAE com uma solicitação de perfuração de poço ou
95 de cadastro de poço existente. O DMAE vai, faz uma vistoria. Se a pessoa não tem
96 cadastro, se solicita que ele faça um cadastro – que a lei nos diz que temos que fazer um
97 cadastro – e a gente informa que este usuário tem que ter outorga no DRH para utilização
98 de água subterrânea. Via de regra o que acontece? Nós temos uma leitura dos hidrômetros
99 e de repente, baixa o consumo. Aí a vistoria vai lá, olha, e constata que existe um poço.
100 Então ele já está perfurado e em pleno uso. Então nesse momento da vistoria se dá uma
101 notificação para o usuário e diz: olha você tem que fazer o seu cadastro. Só que a gente só
102 consegue aconselhá-lo. O DMAE não tem poder de polícia. Então é uma situação que a
103 gente frequentemente constata. A gente aconselha o usuário. Mas a gente não consegue ir
104 muito mais que isso. Em algumas situações a gente manda o processo para a SMAM,
105 outras a gente manda o processo para a Saúde, se tem impacto em saúde. Mas enfim, a
106 atribuição nossa seria do cadastro. A gente está com uma preocupação a mais. E acho que
107 realmente a gente tem que ter uma gestão desse recurso dentro do município. Como é que
108 funciona o processo de cadastramento? Existe na internet, tem o nosso site do DMAE,
109 onde na aba serviços, cadastramento de poços, nós temos abas onde tem informações
110 sobre os tipos de poços, enfim, explicações e formulários para conseguir obter esse
111 cadastro. Este aqui seria um dos formulários que deveriam ser usados para solicitação de
112 autorização de perfuração de poço. O usuário tem que dar várias informações, fazer um
113 croqui desse aí. Mas eu digo assim: são formulários que existem. A gente também não tem
114 utilizado muito por conta dessa minha solicitação hoje, que a gente está preocupado que
115 não é legal para o DMAE. Várias outras informações são pedidas também para fins de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

116 cadastro. Tem detalhe do nome do proprietário, croqui de área, profundidade – quando já é
117 um poço existente – dados geológicos do poço, também a gente tem. A legislação
118 municipal ela – inclusive no decreto que regulamenta a lei municipal – ela nos pede que
119 nós tenhamos esse tipo de informação. Só que assim: o DAME tem, a gente se apropria,
120 coloca no banco de dados. Mas do ponto de vista de gestão a gente não utiliza essa
121 informação. Isso é uma informação de grande utilidade do ponto de vista do meio
122 ambiente. E é um cadastro que não tem uma interface com a Secretaria do Meio Ambiente
123 até então. A gente está tentando costurar isso agora e é o que a gente veio pedir ajuda.
124 Então tem várias informações que são acho que valiosas no sentido de fazer a gestão do
125 recurso. Outra das folhas, mais informações, então são... Todos os poços são
126 georeferenciados. A gente sempre pede que o usuário dê as coordenadas, que a gente
127 consiga mapear isso dentro de uma base. Esses aqui seriam os documentos que o DMAE
128 poderia emitir. Um deles é a autorização, são todas numeradas. A certidão de cadastro. E
129 com esse documento aqui, o usuário vai no DRH e pede a outorga. Esse dado aqui ele é
130 bastante antigo. A gente inclusive está sem pessoal que trabalhe com essa área de geo
131 direto conosco. Mas mesmo ele estando desatualizado, cada pontinho vermelho é um poço
132 que a gente tem ou registro ou cadastro. Então a gente tem uma noção muito por alto da
133 situação de Porto Alegre. Nós temos 806 no total geral, na situação do nosso cadastro. Em
134 várias situações diferentes: alguns tramitando, outros foram tamponados, enfim, tem “n”
135 situações. Mas basicamente o que eu vim contar para vocês? Dar esse rápido diagnóstico
136 do nosso problema aqui? É pedir auxílio. Primeiro: que essa casa possa dar o respaldo
137 para que a gente solicite uma revisão da legislação municipal que trata desse tema. Seria
138 basicamente a revogação da lei e do decreto. Que a gente pudesse atualizar isso dando
139 um cunho de avaliação ambiental para essa legislação. O DMAE pode continuar fazendo o
140 cadastro, mas a ideia é que a gente faça um cadastro do ponto de vista da finalidade de
141 uso do departamento. E na verdade assim: houve na reunião passada – até já adiantando
142 – o DRH veio conversar conosco e se mostrou disposto a conversar e tentar organizar o
143 fluxo. Mas basicamente o DRH precisa da anuência do município para fazer a outorga. Por
144 outro lado, para o município fazer a sua manifestação de anuência nós precisamos
145 conhecer o recurso. Se nós não temos diagnóstico da área, como a gente vai dar anuência
146 de um poço? Então existem dois caminhos. Primeiro: nós temos que revisar a legislação
147 municipal, sim. Ela inclusive está contrariando uma lei estadual. E segundo: me permitam
148 que eu vou voltar aqui atrás; aqui. A minha proposta – inclusive nós tivemos uma avaliação
149 da nossa área jurídica do DMAE – e para a questão das resoluções do CRH, nos parece
150 que ela não seriam resoluções aplicáveis do ponto de vista legal. Que elas são muito mais
151 permissivas que uma lei estadual. Então eu acho que isso é uma questão do ponto de vista
152 da avaliação jurídica do próprio órgão ambiental, que me parece que dentro do município a
153 minha proposta seria de que não se utilizasse essas resoluções no sentido de dar anuência
154 para esses tipos de empreendimentos. Mas eu sei que é uma briga grande que talvez
155 venha aí pela frente. Eu não sei, eu gostaria... Vocês querem comentar alguma coisa? A
156 minha proposta enquanto DMAE é que a gente realmente pudesse revisar a legislação
157 municipal.

158 **Gilson Lessa, da OAB/RS:** O que está acontecendo é o seguinte: o estado tem que
159 outorgar. E o DMAE está fazendo uma função antes da outorga. Ou seja, todo esse
160 empreendimento do DMAE deveria ser primeiro a empresa ou alguém que fosse perfurar
161 fosse ao órgão estadual solicitar outorga. Viria para o DMAE, o DMAE faria todo... Daria
162 sua anuência e ali seria autorizada a abertura desse poço. Está sendo feito ao contrário.
163 Ou seja, primeiro se está indo ao DMAE, estão pegando uma autorização, estão
164 “perfurando”, entre aspas, e depois estão indo buscar a outorga do empreendimento. A lei

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

165 está conflitante por quê? E a permissão... Que ela é permissiva. É que a lei estadual, as
166 normas estaduais não permitem lavagem de veículos, lavanderia e piscina. Porque
167 dependendo do local onde... Essa água aqui não pode ser... Pode estar contaminada.
168 Então já imaginou uma piscina, a pessoa tomando banho com água contaminada?
169 Lavanderia? E a lavagem de carro tu vai colocar no sistema pluvial né? Então esse é o
170 problema que estamos enfrentando lá na nossa Câmara.

171 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Só para finalizar, basicamente o pleito em questão
172 aqui para essa casa é que realmente se tire um grupo, que a gente possa discutir essa
173 legislação municipal. Enfim, num dado momento ela possa ser revogada. Que a gente
174 possa rever a aplicabilidade dessas resoluções ou não, dentro do município. E nós tivemos
175 hoje de manhã uma reunião de trabalho aqui dentro da Secretaria, onde participou o
176 supervisor de meio ambiente, o Mauro, e a sugestão dele seria de que realmente a parte
177 de cadastro e essas informações relativas ao meio ambiente passassem para a Secretaria
178 de Meio Ambiente, que seria um órgão que poderia fazer a gestão de meio ambiente. E o
179 DMAE passaria essas informações para cá. E aí nós estamos tentando ver do ponto de
180 vista técnico como é que a gente organiza o fluxo de processos. Mas a questão da revisão
181 da legislação, aí a gente precisa do apoio de vocês. Era isso que eu vinha propor.
182 Obrigado.

183 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Está aberta então a... Fala.

184 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Então, na última reunião da Câmara de Infraestrutura, foi
185 solicitado que o COMAM enviasse um ofício ao prefeito solicitando essa revisão. Nós
186 fizemos uma minuta que agora vai para aprovação ou não, de vocês: Senhor prefeito,
187 solicito a Vossa Excelência em nome dos membros do Conselho Municipal do Meio
188 Ambiente, COMAM, que a prefeitura municipal de Porto Alegre institua um grupo de
189 trabalho para revisar a lei municipal 7.560, de 22 de dezembro de 94, que cria o cadastro
190 municipal de poços tubulares profundos, regulamentada pelo decreto 11.578, de 23 de
191 setembro de 1996. Tal solicitação prende-se ao fato de que as legislações municipal e
192 estadual geram conflitos de atribuições legais. Por fim, colocamo-nos à disposição para
193 maiores esclarecimentos pelo telefone e e-mail do COMAM. Eu falei a legislação e o
194 número tudo certinho, né? São essas duas, né?

195 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Para avaliação dos senhores conselheiros. Porque nós
196 podemos abordar, dar continuidade à abordagem desta questão através de duas linhas.
197 Uma: caso os conselheiros queiram maiores esclarecimentos por parte do DMAE para a
198 proposição aqui trazida e aprovação da redação ou como está ou com adequações, deste
199 encaminhamento ao executivo. Alguém gostaria de discutir um pouco mais essa questão?
200 Ou todos estão convencidos? Professor Buckup.

201 **Ludwig Buckup, do Igré:** O que me despertou especial interesse nesta proposta é que se
202 busca realmente uma avaliação ambiental mais ampla da região que se cogita e
203 envolvendo um processo de outorga e de cadastro, independentemente da sequência do
204 processo. Evidente que o grande risco, o maior deles, esses poços sendo perfurados sem
205 uma avaliação global, sempre corre o risco de uma cidade subterraneamente minada por
206 água subterrânea que tem origem numa proliferação não controlada de fossas sépticas dos
207 edifícios, dos condomínios, das casas. Tudo isso tem que ser levado em conta. Quer dizer,
208 é evidente que um setor que só se preocupa em dar outorga de extração de água tem que
209 saber o que mais tem de contaminação, que origem tem. Nem falo só da questão do
210 esgoto cloacal doméstico, urbano, mas sim industrial, comercial, que é tão sério quanto o
211 doméstico, às vezes até mais tóxico. Então Secretário, eu acho que isso aí merece todo o
212 nosso apoio. Quer dizer, de minha parte eu acho que quero propor aos colegas que se

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

213 aprove essa solicitação. Mas tem que acompanhar, porque senão vai ser um pleito que fica
214 lá e vai entrar na fila de tantos outros.

215 **Maurício Scherer, da UAMPA:** Eu também participo da Câmara Técnica, participei da
216 discussão e pelo que me recordo a legislação municipal tem um artigo que permite então a
217 autorização pelo DMAE de abertura de poços. Esse é um problema muito grave. Além de
218 colocar no documento, sugestão minha, que é necessário fazer uma revisão, fazer um
219 grupo de trabalho para estudar toda essa problemática. Eu acho que também seria
220 pertinente colocar no documento a imediata – não sei qual seria a melhor expressão – a
221 suspensão dessa possibilidade do DMAE emitir autorização. Porque acaba ficando
222 complicado para o técnico do DMAE quando recebe a solicitação em processo e o cidadão
223 vai lá e vai dizer: tá na lei. Então eu coloco para discussão aqui para o grupo essa questão:
224 será que não é melhor também constar o fato de perder efeito o mais rápido possível? Para
225 não deixar numa situação complicada quem faz esse controle cotidiano através do DMAE?
226 Essa é a minha dúvida.

227 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Professor Brack.

228 **Paulo Brack, do INGÁ:** Bom, eu só queria colocar que a situação apresentada aqui nos
229 deixa entristecidos. Porque isso é recorrente em vários setores. Quer dizer, os cadastros
230 são feitos, mas isso não gera gestão ambiental. Há necessidade de que os órgãos, os
231 setores, eles precisam ter (...) que essa gestão ela seja efetiva. Então eu vejo assim com
232 um pouco de apreensão, de que, por outro lado também, a Câmara Técnica, enfim, o
233 COMAM vai se debruçar sobre isso. Não entendi também. Talvez a questão da SMAM, que
234 poderia se encarregar então dessa questão. Mas independente dessas atribuições aí eu
235 acho que essa conversa com o estado, enfim, essa situação realmente ela tem que ser...
236 Talvez tenha que dar um prazo aí até, Secretário. Para que realmente essa questão ela
237 avance e que seja feito nessa revisão da legislação, enfim, o recadastramento necessário.
238 Que todos aqueles que tenham, eles tenham que ser obrigados a fazer um
239 recadastramento. E aí, a partir daí, com uma infraestrutura, para realmente, se for a
240 SMAM... Nem sei se vai ter pessoal suficiente para assumir isso. É uma outra questão
241 também. Quer dizer, até que ponto a SMAM tem corpo técnico e gente para assumir mais
242 esse ônus. Então que todos os entes aí assumam e não joguem, não estou dizendo que é
243 o caso aqui, de jogar a responsabilidade para a SMAM. Mas que tem que assumir aí que a
244 questão da gestão ambiental, ela tem que ser colocada na mesa como prioridade. Tem que
245 rever sempre os processos para que esses cadastros, em geral, estou falando lá no
246 Conselho também a mesma coisa, agora um cadastro para a silvicultura. Para que vai
247 servir um cadastro da silvicultura? Só para burocraticamente: olha está aqui, está feito. Mas
248 e daí? Isso tem retroalimentação? Quando a gente faz essa pergunta fica um silêncio.
249 Porque a gente vê que não tem. O processo ele fica morto...

250 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Não tem gestão, né professor?

251 **Paulo Brack, do INGÁ:** Não tem gestão. Eu acho que nós temos que passar. Eu acho que
252 a gente teve aí esse ano – foi um ano traumático, a gente sabe – o ano foi traumático, foi...
253 O Secretário está aqui inclusive... Até a gente vê com alegria... Uma pessoa que tem toda
254 uma trajetória. Nós tivemos outros secretários que não tiveram trajetória, que caíram de
255 pára-quedas aqui. Então eu acho que tudo isso sirva como exemplo, para que a gente
256 possa colocar gestão ambiental como prioridade. Obrigado.

257 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Eu não resisto de só dizer, professor Brack. Ou nós fazemos
258 gestão ou nós vamos fazer de conta. E dado por dado, e aí me lembra, me remete lá a mil
259 novecentos e oitenta e alguma coisa: onde uma engenheira química do DMA na época, me
260 perguntava: muito bem, nós estamos fazendo monitoramento em tantos pontos em todos
261 os rios, para quê? Qual é o uso que nós vamos fazer disso? Coloca o professor – com

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

262 muita propriedade – coloca essa questão no topo, digamos assim, das ocupações – que
263 preocupação a gente pode ficar o tempo todo – mas das ocupações em relação à
264 necessária gestão. Esse registro é importante. Então eu só gostaria de salientar que o
265 professor Buckup e o professor Brack eles pegaram no ponto nevrálgico da questão.
266 Porque tem outra história. Até quando os lençóis subterrâneos vão fornecer água? Qual é a
267 capacidade dentro do ciclo das águas, de realimentação e qual é a qualidade da água que
268 realimenta? Então tem tudo isso. Eu acho que o GT ajudaria a gente a aproveitar a
269 oportunidade para aprofundar a questão. Valeu professor. Em ordem. Mentalmente. É aqui
270 primeiro. Depois aqui, depois lá e depois aqui.

271 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Como bem o senhor colocou em relação aos
272 questionamentos do professor Brack, também excelente as colocações. E uma das coisas
273 que a gente tem que considerar hoje que a água que é fornecida para o abastecimento
274 humano em boa quantidade vem através de fornecedores em botijões de 20 litros. E essa
275 água está vindo do lençol freático, vem aí do nosso aquífero Guarani. E nos pontos onde
276 alimenta o aquífero a gente sabe que tem uma contaminação muito grande em termos de
277 herbicidas, agrotóxicos, enfim, de lavouras. E, além disso, que existe uma contaminação
278 muito grande, até mesmo de forma criminoso. Muitas vezes se abre um poço e se coloca
279 óleo ali dentro para subornar a situação. Isso no interior tem acontecido. Eu tenho
280 documentação, inclusive fotografias. É um crime realmente que não se admite. Então isso
281 tudo está indo para o lençol freático. Não. Empresas que fazem limpeza de motor. Então ao
282 invés de descartar de forma correta, ele larga dentro do poço. É um absurdo. Eu tenho
283 fotografias, inclusive. É uma coisa assim inadmissível. Então esse monitoramento de
284 repente, até para um retorno para a sociedade. Da qualidade, muitas vezes, que
285 aparentemente parece que aquilo tem qualidade, aquela água que está se tomando, vamos
286 dizer assim. Quando na verdade a própria água do DMAE tem muito mais qualidade em
287 termos de potabilidade. E por uma questão às vezes, das pessoas desconfiarem, até
288 mesmo quando tem um período de muita seca e que tem formação de algas. Aí começa
289 um tratamento muito intenso e aí começa a criar uma situação de desconfiança. E muitas
290 vezes está se tomando uma água, está se pagando por essa água no mercado. E com um
291 nível de contaminação que muitas vezes todo mundo desconhece.

292 **Magda Creidy Satt Ariolli, do CRBIO 3:** Graça, revendo essa conversa toda eu vejo que a
293 situação não é nova. Nós já discutimos isso há muitos anos atrás. Eu volto àquela
294 preocupação que o Paulo falou também. A minha preocupação, até como a vida toda no
295 licenciamento é: definir licenciamento. Licenciamento sistêmico, compartilhado, com o
296 DRH, com o DMAE. Quem vai fazer na SMAM? Onde os técnicos sempre foram...
297 Digamos, a “resistência”, entre aspas, da SMAM por absorver mais um licenciamento é que
298 demandaria também mais estudos. Eu não vejo dificuldade em eleger uma série de
299 condicionantes para serem apresentados por quem apresenta um pedido de abertura de
300 poços. Envolvendo então avaliação ambiental, com estudos de sondagem, enfim,
301 verificação do aquífero, nível do lençol freático, enfim, essa série de condições. Mas eu
302 pergunto: basta tão somente modificar uma legislação? E deixar na SMAM? Eu só estou
303 questionando e colocando situações. Porque teria que ser reestudado, claro, todo o
304 sistema de gestão da SMAM, para definir outros técnicos para avaliarem mais uma
305 atribuição de licenciamento. Não que não seja importante, mas eu vejo que o COMAM
306 poderia auxiliar. Mas teriam que ser definições antes de auxiliar numa mudança de
307 legislação. É o compartilhamento e responsabilidade dos outros órgãos. A outorga não é
308 tão somente definir isso. O DRH vai dizer: sim, dou essa outorga por um ano. E as
309 renovações e os estudos, os monitoramentos dessa situação toda? É um licenciamento
310 que ele é mais complexo.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

311 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Não, eu só queria... A ideia na verdade não é passar
312 mais um nome, nem mais um licenciamento para a SMAM, talvez eu não me tenha feito
313 entender bem. É que a ideia do DMAE é nós termos uma quantidade imensa de
314 informações referentes aos poços que já estão cadastrados e que nós, por força até de
315 outras atividades, que são nossas atividades fins, pelo fato de que nós não temos geólogos
316 no nosso corpo técnico, até para interpretar essa quantidade de informações. São questões
317 que tem muito mais afinidade com a área ambiental do que com a área de distribuição de
318 água e esgoto. Então é nesse sentido que eu disse. São informações valiosas do ponto de
319 vista de gestão do meio ambiente. E que simplesmente parar de fazer esse rol de
320 informações, talvez não seja interessante. Mas assim, o fato de licenciar ou não... O que
321 me ocorre? Existem atividades que são licenciadas aqui pela SMAM e que a meu ver
322 deveriam sim solicitar que os poços, se houver intenção de perfurar um poço, que o
323 empreendedor declare isso. Se ele tiver poço ele tem que declarar isso. E mais que isso:
324 se ele tem, ele tem que ter um poço plenamente legal, com outorga de uso sim. O que eu
325 vejo? O que a SMAM tem que cobrar é que o usuário faça essa outorga. Do ponto de vista
326 de deixar ou não a utilização do uso da água, realmente por força de lei cabe ao estado. O
327 que é esperado do município, pelo DRH, é que o município diga: sim, você pode perfurar
328 um poço nessa coordenada geográfica. Só que para dizer: sim, perfure. Eu vou ter que
329 saber: eu tenho um posto de combustível? Eu tenho árvore aqui do lado? Eu não sei. Então
330 realmente: como eu vou fazer a gestão do meu território se eu não sei que tipos de
331 empreendimentos impactantes têm distribuído nessa matriz espacial e como eu município
332 vou dizer: sim, legal, pode furar.

333 (...)

334 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** É. Então se a gente não conhece o conjunto, como eu
335 vou dizer que realmente você tem segurança que você pode perfurar um poço aqui? Eu
336 não me sinto à vontade...

337 (...)

338 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** É. Teria que ter um zoneamento ou um conhecimento
339 da distribuição dos usos. E aproveitando a colocação do colega. A minha opinião particular,
340 talvez numa discussão futura, eu acho sim que o cadastro tem que ter um prazo de
341 validade. Porque às vezes muda a utilização. Eu tenho empreendimentos que vieram para
342 a gente e disseram: não, a gente só vai fazer irrigação. Tudo bem, eles apresentam um
343 laudo. Tranquilo, o uso está perfeito para compatibilidade da água. Lá um belo dia a gente
344 descobre que as pessoas estão bebendo. Então eu acho que tem que ter essa validade.
345 Obrigada.

346 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Bom, eu acho bastante pertinente essa discussão. E até iria
347 propor ao Conselho que creio que não precisa de maiores explicações. Está muito bem
348 colocado. E acho que deve sair a moção de apoio à correspondência ao prefeito, para que
349 se iniciem estudos nesse sentido, de modificar a legislação. E se conversando acerca disso
350 vem à minha cabeça agora, me lembrei que eu estava a duas semanas atrás fazendo um
351 projeto básico para perfurar seis poços de monitoramento. Mas foi o doutor Cláudio Dilda
352 que me mandou, foi a SMAM, uma área nossa de Unidade de Triagem e Compostagem. E
353 aí eu me pergunto: eu preciso pedir a benção para alguém para perfurar, basta chegar a
354 máquina lá e uma tarde de trabalho, está lá o poço, que é um potencial local de
355 contaminação do aquífero freático se não for bem executado. Quer dizer, o meu projeto
356 básico eu coloquei ali: profissional, com RP do CREA. Muito bem. Creio que faço um bom
357 projeto básico em cima da norma da NBR para construção de poços. Muito bem. Agora
358 lembrando: bom, num outro aterro nosso lá na extrema zona sul de Porto Alegre, 15 anos
359 atrás, a gente construiu poços de monitoramento. Tá? Bom, ninguém ficou sabendo disso,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

360 além do órgão ambiental que solicitou. Daqui a vinte anos, como é que vão ficar esses
361 poços? Alguém vai me cobrar isso? De que tem que ter alguma responsabilidade sobre
362 esses poços? Ou vai entrar qualquer um lá dentro, fazer o que quiser com os poços? É
363 tudo fonte de contaminação do aquífero freático. Alguém vai me cobrar que eu faça
364 automonitoramento e apresente para o órgão ambiental ou para o DMAE, ou seja, para
365 quem for, para o DRH? Laudo de como é que está a qualidade dessa água? Quer dizer,
366 para comprovar que eu mesmo não estou contaminando essa água? Quer dizer, cabe aqui
367 ao encargo do poder público realmente fechar todas essas arestas? No sentido que a
368 gente não torne a nossa cidade subterrânea, os aquíferos, completamente acessíveis a
369 qualquer empreendimento aí que faça perfurações. A gente não está nem falando aí de
370 outorga aqui. Um poço de monitoramento não é outorga. É uso para amostragem. Mas é
371 uma fonte pontual de contaminação do aquífero. Então se a gente não fechar isso
372 direitinho... Fora os poços que a gente sabe que estão por aí e ninguém sabe que existe.
373 Lá em Campo Bom o meu avô perfurou em 1974 um poço. Valia tudo naquela época. Bom,
374 e aí tchê como é que fica essa questão? Como é que se tem controle sobre isso? Temos
375 que fechar bastante bem com o poder público essa aresta. Sob pena de a gente... Não só a
376 questão quantitativa que o Secretário citou, mas qualitativa das nossas águas. Obrigado.

377 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Eu faço parte também da Câmara
378 Técnica. Esse assunto ficou bem claro para nós com a exposição. A segunda vez teve o
379 pessoal do DRH e agora foi exposto aqui. A minha manifestação vai ser no sentido de
380 prever a tramitação no futuro do que nós estamos pretendendo, que é eliminar esse conflito
381 entre as leis. Eu tenho certeza que a Ana Cláudia, quando iniciou a reunião, elas só lesse
382 aquele documento que nós vamos encaminhar para lá, a grande maioria ia perguntar
383 assim: mas por que revisar a lei? Não é isso? Então eu quero chegar na seguinte situação:
384 eu acho que nós temos que recheiar um pouco mais esse documento, dizendo do porque,
385 onde é que a lei está conflitante. Eu não sei quem é a pessoa que vai receber esse
386 documento lá. Possivelmente não seja o prefeito, embora esteja encaminhado para o
387 prefeito. Deve ter “n” solicitações lá de revisão de leis. Nós queremos o quê? Prioridade
388 nisso aí. Então eu acho que nós tínhamos que recheiar mais isso aí e deixar o documento
389 em condições que a pessoa que lê: isso aqui realmente, isso aqui está nos causando
390 problema e nós precisamos dar uma prioridade. E outra questão que eu levanto também é
391 a seguinte: eu não tenho nem conhecimento, nem sensibilidade para saber o que causaria.
392 Mas não seria o caso de se suspender essa tarefa ou se suspender a aplicação dessa lei
393 enquanto se tramitava isso aí? Eu não sei como é que é. Porque eu entendo que a
394 mudança numa legislação, uma lei é uma coisa que demora tempo. Não é isso? Um trâmite
395 é demorado. Vai, vai, não sei quanto tempo vai levar. E aí nós vamos permanecer durante
396 esse tempo todo nessa mesma situação? O DRH dando a outorga? O DMAE liberando o
397 cadastro do poço? É essa a questão.

398 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem meus mestres. Sim, é o que ia fazer, por gentileza.

399 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Bom, realmente, com relação a revogar a lei assim de
400 imediato, o que eu imagino de impacto? Primeiro: nós estamos com a construção civil a
401 pleno vapor. E uma das situações, talvez não seja até a que mais nos busca no sentido de
402 regularização, mas é a construção civil. Basicamente, a cada obra nova que a gente acaba
403 tendo contato, as pessoas perfuram poço, sim e utilizam apenas água de poço para a
404 edificação. Termina a obra, fecha o poço e vai embora. Então essa amostragem que eu dei
405 para vocês aqui, provavelmente é só a pontinhazinha do iceberg. Nós devemos ter uma
406 situação real impactante. Bom, só que aí corremos um risco. Se nós realmente revogarmos
407 isso nesse momento, o cadastro do DMAE vai ser solicitado para outorga. Então isso
408 implica que dentro do município de Porto Alegre ninguém mais poderia solicitar outorga por

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

409 conta de que o DRH não reconheceria um ofício sem a anuência do município. Aí nós
410 teríamos que pensar muito bem no impacto disso nesse momento. O fato de que (...) no
411 sentido de que o DMAE não desse autorização por perfuração eu acho bem pertinente.
412 Agora, eu não sei como dissociar as duas coisas uma vez que estão dentro da mesma lei.
413 Eu não sei. Até aceito sugestões.

414 **Cláudio Dilda, da SMAM:** O processo legislativo ele tem sim, meu caro mestre, as suas
415 etapas. E aí a gente não pode prever o tempo que demora. Contudo, em havendo a
416 manifestação do executivo acerca da importância dessa alteração, eu acredito que pode
417 andar mais rápido. Isso é um pequeno alerta. Se, porventura, digamos, para revogar uma
418 lei é só com outra lei. Isso vai alertar os gansos de tal maneira que o fato consumado seria
419 um risco. Ou seja, eu vou aproveitar enquanto... Certo? Então é um risco, calculável, mas
420 é. Então me parece que se nós tivermos a agilidade e esse contato pessoal eu assumo
421 com vocês aqui o compromisso de fazer com o gabinete do prefeito, para o andamento e
422 designação desse grupo de trabalho. E até eu não sei... Eu penso que bem representativo,
423 mas não tão grande. Porque senão nós vamos ficar no grupo de trabalho mais tempo do
424 que vai passar na Câmara de Vereadores. Então o grupo de trabalho representativo,
425 transdisciplinar, interdisciplinar para a gente propor, para esse grupo propor as
426 modificações, as adequações. E aí a gente vai na Câmara de Vereadores. Vamos lá e...
427 Este é um dos pontos que... Ponto de vista... É de suma importância aqui também. Por
428 quê? Porque há o risco de consumo de água contaminada. Não há nenhuma segurança
429 que as belas e transparentes bombonas de água estejam... Que a gente compre: ah não,
430 eu bebo água mineral... Quem garante? Já tivemos na FEPAM, eu me lembro, na FEPAM,
431 me lembro. Análise de água de marca, com contaminantes. Então não tem segurança
432 nenhuma. Na verdade nós vivemos uma aventura na vida nesse começo de século 21.
433 Concorda com o procedimento dentro dessa perspectiva? Então está. Muito obrigado caros
434 mestres. E eu tenho certeza que não é do perfil do DMAE, nem muito menos do Presser
435 querer jogar a bomba no colo de outro. Agora, ou nós trabalhamos juntos ou nós vamos
436 fazer de conta. E eu confesso para vocês, tá gente? Estou tentando, vim com esse objetivo
437 de fazer gestão e não de apagar incêndio. Se não conseguir não tem o que fazer aqui.
438 Muito bem, primeiro item então, aprovado. O que faltar, porque nós vamos fazer um
439 tratado, se nós fizermos um tratado eles não vão ver.

440 (...)

441 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Perfeito, acatada a sua sugestão meu caro mestre. O segundo
442 item: solicitada uma inversão de pauta então nós vamos para o quarto, relato da Câmara
443 Técnica de Áreas Naturais e Paisagem Urbana. Está contigo a palavra.

444 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** Meu nome é Soraya, eu sou coordenadora do Programa de
445 Conservação de Fauna aqui da SMAM e foi demandado através da Câmara Técnica
446 apresentar a situação do programa, como ele foi criado e as principais demandas que o
447 programa atende. Isso faz parte de uma das resoluções da Conferência de meio ambiente
448 que seria (...) tá falhando.

449 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Isso é antecipação da greve de amanhã. Sim, no Brasil.

450 (...)

451 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** Bom, é uma das resoluções da Conferência de Meio
452 Ambiente. Então eu vou tentar passar para vocês rapidamente, porque são bastantes
453 coisas. Bom, o Programa de Fauna Silvestre da SMAM foi criado em 2007. Ele foi um
454 programa que foi criado a partir de colegas, nós nos reunimos e fizemos algumas reuniões
455 a respeito do assunto, que a fauna aqui na SMAM ela era tratada de uma maneira muito...
456 Não era assim, focada. Um parque atendia uma coisa, a sede atendia outra. Outra unidade
457 de conservação outra coisa. Então a gente tentou centralizar. A partir daí fizemos um grupo

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

458 de trabalho para definir um decreto e fizemos um decreto de criação do programa.
459 Atualmente funciona não como equipe, como programa, com o objetivo de conservação e
460 *in situ*. O nosso trabalho é com animais em cativeiro, integrações de saúde e meio
461 ambiente. Trabalhamos bastante com a Secretaria de Saúde na questão de doenças,
462 educação ambiental, planejar e definir estratégias de conservação quando nós trabalhamos
463 junto com o setor de unidades de conservação aqui da SMAM. A nossa equipe hoje é uma
464 coordenação: um biólogo com mestrado em zoologia, que sou eu atualmente; o apoio
465 técnico é mais um biólogo também com mestrado em zoologia, que é a Renata, que é
466 especialista em répteis e dois estagiários de biologia. Nós temos parceria com a Clínica
467 Toca dos Bichos, que tem um convênio onde se repassa o dinheiro para o atendimento aos
468 animais através de uma verba do Fundo de Meio Ambiente, Macacos Urbanos e Instituto
469 Sauver. O nosso trabalho, ele obedece a uma sazonalidade, então ele decresce nos meses
470 de outono e inverno e cresce muito na primavera e verão. Isso aqui são dados que nós
471 temos lá a partir de um banco de dados que é alimentado todos os dias, os atendimentos, e
472 mostram quando que o "bicho pega", na verdade, que é na primavera mesmo. Que as
473 demandas aumentam bastante e decrescendo no inverno. Aqui geralmente por causa dos
474 processos de reprodução dos animais. Alguns exemplos de trabalho que são feitos pelo
475 setor e são demandados pela comunidade: casos de realocação de ninhos. Que é um
476 trabalho até bem inédito aqui em Porto Alegre. Foi um dos primeiros se não foi o primeiro,
477 que foi um animal que nidificou neste prédio e essa espécie tem o hábito de defender muito
478 o ninho, então ele começou a atacar as pessoas que vinham na janela, então nesse ano
479 nós conseguimos realocar os filhotes para cima e teve 100% de sucesso. A mãe e o pai
480 continuaram alimentando os animais até a independência deles. Pode passar. Esse outro
481 caso acontece todo ano, algum urubu faz ninho em alguma sacada de algum prédio da
482 Bela Vista e aí é feito também...

483 (...)

484 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** É. Mas os donos do apartamento não acham. Então esse
485 trabalho foi realocação de um filhote...

486 (...)

487 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** Aqui... Esse foi realocação de um filhote na Bela Vista. Dia 20
488 de outubro iniciou o processo, levamos o animal. Pode passar. Outra demanda é com
489 gambás, que é uma das maiores demandas, que as pessoas nos ligam desesperadas, que
490 tem um animal feroz, selvagem no pátio. Está atacando. Vai comer a criança, vai comer o
491 cachorro, vai comer todo mundo. Nesse caso aqui foi aquele caso que apareceu lá no (...),
492 dentro do motor. Esse caso aqui foi muito interessante também, que é uma família inteira
493 que cuidou de um filhote, nos chamou, que é um trabalho de educação ambiental muito
494 importante, tu dá apoio a quem quer fazer o trabalho. Temos esse material educativo
495 também, que nós elaboramos em 2008, que é o gambá urbano, ele está online também.
496 Isso foi levado também na residência no momento que é feito esse trabalho. Outra
497 demanda também bem de primavera é o caso...

498 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Soraya, volta a imagem anterior. *Strictu latu sensu...*

499 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** O gambá urbano? Eu acho que ele já é urbano. Aí nesse caso
500 os quero-queros, eles nidificam geralmente em áreas usadas pela comunidade. Aí gera
501 todo um conflito, pelo comportamento do animal, que também defende muito o ninho.
502 Então nós temos placas de identificação de ninhos e isolamento de áreas. Estamos
503 fazendo isso também com corujas agora. Já começou a demanda. Esse é um caso de um
504 campo de futebol, em cima, que foi interditada a final do campeonato. Aí embaixo o estádio
505 Olímpico no dia do show da Madona também. Teve que se fazer o recolhimento dos
506 filhotes, que foi bem na época que teria filhote, nesse caso também se alerta para a

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

507 demolição do Olímpico, vai ser bem nessa época. Aves de banhado: também é uma
508 demanda importante. Porque se licencia uma obra, corta a vegetação, a fauna alada voa,
509 ficam as saracuras. Então geralmente tem que se fazer, exigir da consultoria que trabalha
510 lá que se faça o resgate e a realocação. Aqui é um trabalho de realocação do shopping
511 Bourbon Wallig, se não me engano, ou do Furriel. Todos os Zaffaris últimos tiveram
512 saracuras, aqui é Zona Norte. Trabalhamos bastante com corujas também, aves de rapina.
513 Porto Alegre tem uma grande incidência de aves de rapina, de gaviões e corujas. Nos
514 ligam muito. Estamos agora elaborando até um trabalho para o Congresso de Zoologia só
515 sobre ocorrência com aves de rapina. Neste caso eram moradores do Centro que
516 reclamavam do barulho. Aí nós fizemos um trabalho direcionado ao Centro para a
517 verificação de itens alimentares que esse animal estava usando lá. A gente descobriu que
518 estava comendo morcegos, roedores. Com isso se mostrou a importância ambiental do
519 animal. Morcegos: é a segunda maior demanda do setor. Nos ligam muito a partir de agora
520 para a questão de morcegos. Essa é uma colônia do Centro, com 12.000 animais, que
521 existia. Aqui também. Pode ver que a sazonalidade de ocorrência, como sempre, ela
522 obedece a outra também, muito maior no verão e na primavera. Na primavera as colônias
523 chegam em Porto Alegre para ter os filhotes. Aí têm os filhotes, criam os filhotes e janeiro e
524 fevereiro os filhotes começam a voar e dá aquele pico de ocorrências, que é quando o
525 filhote que ainda não sabe voar desce adentra em residências e as pessoas se apavoram e
526 acabam nos ligando. Se traçou também o paralelo entre temperatura e ocorrência de
527 morcegos. Então se obteve dados de que realmente a chegada dos morcegos em Porto
528 Alegre ela obedece um padrão de temperatura também. Essas são grandes colônias no
529 Centro. Esse é um caso de um manejo inadequado que foi feito na Loja Gaston, onde eles
530 retiraram o forro do telhado aqui em cima e os animais chegaram da migração e
531 começaram a cair em cima das pessoas. Aí eles pegavam e faziam embalagens de
532 morcego assim. E ali como a colônia estava perturbada pelo que fizeram, a retirada do
533 forro, toda a perturbação gera um stress no animal. O stress faz com que qualquer doença
534 já apareça. Já foi um caso de três animais positivos para raiva, numa colônia
535 desestabilizada. Nós trabalhamos com a saúde direto, a questão dos morcegos então,
536 suspeitos, a gente manda para a saúde. E esse é o nosso número de raiva nos últimos
537 anos. Não é muito pela quantidade de animais que nós temos na cidade, dá para se ver
538 que não é uma coisa assustadora a questão da raiva aqui. Também temos um material
539 educativo da questão do morcego, onde fala sobre os hábitos dos animais, o que eles
540 comem e porque eles entram na sua casa. Como você faz para não ter esse problema. O
541 aerogerador é um equipamento que está instalado no Morro do Osso – ele não está em
542 funcionamento ainda – mas nós já começamos a fazer um trabalho de monitoramento.
543 Porque aerogeradores são grandes impactantes para morcegos. Então a gente fez durante
544 o ano passado todo um levantamento das principais espécies. Foi bem interessante. Mas o
545 aerogerador ainda está inativo. Trabalhamos bastante a mídia também a questão do
546 morcego. Nós no ano passado usamos bastante os meios de comunicação para divulgar a
547 questão de como evitar a instalação dos animais e desmistificar muita coisa. Outro trabalho
548 nosso é no monitoramento dos empreendimentos. Atualmente são 25 planos de
549 monitoramento em andamento em grandes empreendimentos. Nesses licenciamentos a
550 gente solicita o monitoramento de fauna, onde eles prezam em época de nidificação. Esse
551 aqui foi na Arena do Grêmio. Foi muito bem feito o relatório deles e o acompanhamento
552 com as nidificações, a espera dos animais saírem para mexer no ninho. Acho que o
553 próximo. Condomínios também se exigem as passagens de fauna, passagem úmida e
554 passagem seca. E o resgate, que nos consome a maior parte do tempo agora em
555 primavera e verão. E o resgate muita gente é contra, muita gente é a favor, muita gente diz

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

556 que não precisaria. Mas a gente entende que eles são muito importantes. Primeiro pelo
557 salvamento do indivíduo, ainda mais Porto Alegre, nós temos animais ameaçados de
558 extinção. Então só salvar um indivíduo é bem importante. Ainda mais se você puder
559 realocar ele, colocar no mesmo lugar. Educação ambiental: cada salvamento é feito numa
560 família, que passa para o vizinho o que aconteceu. A gente explica o que aconteceu, que
561 espécie é, o que fazia ali. E vigilância sanitária ambiental: o animal que vai para a clínica
562 veterinária ele também é avaliado, é retirado sangue. Então se tem o controle de algumas
563 doenças que poderiam emergir de um momento para outro aqui; como febre amarela,
564 toxoplasmose. Aqui algumas fotos de resgate que foram feitos.

565 (...)

566 **Soraya Ribeiro, da SMAM:** Quatro. A Clínica Veterinária, nosso convênio que é pago com
567 o dinheiro do Fundo. Mais ou menos 1.000 animais/ano se consegue atender lá na Gleide.
568 Os tratamentos: a gente possui tratamentos bem de ponta. Na clínica se consegue fazer
569 colocação de pino em perna de macaco. Agora está com tratamento com acupuntura para
570 lesões e recuperação de filhotes. Os principais casos tratados: desnutrição, filhotes,
571 traumas, maus tratos, pneumonia, verminose, encefalite, lesão neurológica. Um trabalho
572 nosso que é bem importante em relação a bugio-ruivo que Porto Alegre possui uma
573 população bem grande desses animais ameaçados de extinção. Durante a febre amarela
574 nós participamos da campanha de conscientização quanto à transmissão da febre amarela.
575 Que as pessoas achavam que era o bugio que passava e acabava matando o animal.
576 Então nós lançamos a campanha. Eu acho que tem algumas imagens. Não, não eu achei
577 que teria mais imagens. Aqui são alguns casos de resgate 2011/2013: animais com choque
578 elétrico, esse aqui, esse aqui também, esse aqui é o atendimento na clínica. Pode passar.
579 Os mecanismos de transposição do grupo Macacos Urbanos, que são as pontes. Nós
580 conseguimos uma vez colaborar com canos e cordas. E agora a gente está lá com o (...)
581 solicitando mais para evitar os choques, se colocam as pontes. Trabalhamos também com
582 readaptação alimentar e coesão de grupo. Os animais que foram soltos na natureza foram
583 levados para o Morro São Pedro e lá nós trabalhamos a readaptação alimentar, para que
584 quando eles forem soltos eles saibam os itens que buscar. Aqui alguns momentos da
585 readaptação. Tinha filhotes também. A gente levou folhas de espécies nativas. Esse animal
586 ele teve a perna quebrada, recebeu um pino, se recuperou e depois foi adaptado no Morro
587 e solto no mesmo local. Estamos trabalhando também com a questão das caturritas, com a
588 questão das antenas de celular. Porque pela lei de crimes ambientais, ninhos não podem
589 ser retirados. E é de entendimento do IBAMA que ninho de caturrita ele é vivo e ativo o ano
590 todo, então não poderia mexer nunca. Então nós estamos levantando o percentual de
591 torres infectadas com isso... Infestadas com isso e levando para o IBAMA esses dados
592 para montagem de um grupo de trabalho. Para haver uma normativa que determinada
593 época do ano se possa fazer a retirada. Outro trabalho também é a criação da Unidade de
594 Conservação. Estamos trabalhando na criação da APA Extremo Sul e do Refúgio do Morro
595 São Pedro. Algumas palestras proferidas pelo setor. Trabalhos publicados. A gente sempre
596 pede que o estagiário se envolva em algum trabalho de publicação. Pode passar. Nós
597 integramos esses grupos: Programa Socioambiental, Comissão Permanente de Perigo
598 Aviário da INFRAERO, Unidades de Conservação, Corredores, Conselho de Agricultura,
599 Povos indígenas e agora o Projeto bugio-ruivo, que vai começar com grande presença de
600 PUC, UFRGS, IBAMA, que seria um projeto piloto de soltura de animais. Trabalhamos
601 muito a mídia também, em cada ação tentar fazer uma matéria de conscientização, que as
602 pessoas entendam o que está se passando na cidade. E um convite para vocês para os
603 eventos que nós vamos ter agora na semana da primavera. Seria isso rapidamente. Porque
604 é muito detalhe então, sobre o nosso trabalho. Obrigada.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

605 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem Soraya. Eu coloco a palavra à disposição dos
606 senhores conselheiros que quiserem fazer alguma observação. Professor Buckup.

607 **Ludwig Buckup, do Igré:** Na verdade, a apresentação da Soraya Ribeiro ela é um dos
608 itens que configuram o trabalho que temos feito na nossa Câmara Técnica sobre as várias
609 propostas e resoluções da 5ª Conferência Municipal do Meio Ambiente. Temos já um
610 pequeno arsenal de trabalhos concluídos, à semelhança deste, em que nós na medida em
611 que nos for possível nossa Câmara vai apresentando os seus resultados. Esse
612 especificamente, da Soraya, é uma tentativa de resposta, ótima resposta ao item 7 em que
613 ali naquela Conferência dizia assim: a prefeitura deverá estabelecer um programa de
614 monitoramento de espécimes ameaçadas de fauna e flora, esse mapeamento em Porto
615 Alegre, com programa de proteção e educação ambiental. Na realidade as pessoas fazem
616 a proposta e elas precisam ter esse tipo de explicação. Então evidente que... Acho até que
617 a maior parte dos conselheiros que está aqui não sabia disso tudo. O trabalho maravilhoso
618 o que a prefeitura tem feito aí. Eu até sugiro, Secretário, que de alguma forma, nem que
619 seja de forma sucinta, que os participantes da próxima Conferência tenham o elenco das
620 respostas que foram elaboradas aqui às propostas da Conferência anterior. Porque uma
621 das queixas que foram apresentadas aqui nesta última Conferência é que nenhuma das
622 resoluções da 4ª Conferência teve qualquer tipo de resposta. E acho que nós podemos ser
623 diferentes. De repente, de fato, apresentar o fruto de um trabalho em resposta àquilo que
624 as pessoas, não só a prefeitura, mas da comunidade que estavam presentes, que foram lá,
625 merecem ter resposta. É o momento de apresentar não só aqui, mas na próxima. A
626 sugestão, se me permite fazer. Eu agradeceria também muito ao trabalho da Soraya, que
627 realiza isso aqui com muito sucesso. E como zoólogo, eu fico feliz da vida de saber que
628 acontece isso.

629 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Mais alguma manifestação? Passamos então para o relato da
630 Câmara Técnica de Legislação e Educação Ambiental.

631 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Então, como eu falei no início da reunião: a professora
632 Georgina está se recuperando de uma operação e então ela me mandou um material, um
633 pequeno relato dos trabalhos da Câmara de Legislação. Então: essa Câmara iniciou no dia
634 29 de maio deste ano. Até agora aconteceram quatro reuniões, ela é composta por nove
635 membros: Igré, GP, UFRGS, SMURB, DMLU, FIERGS, SMAM, DEP e DMAE. O que já foi
636 trabalhado até esse momento? Também estão estudando as resoluções da 5ª Conferência.
637 O Código Municipal do Meio Ambiente, a revisão também do Código na parte que toca a
638 educação ambiental. E a Câmara chamou diversos órgãos da prefeitura que trabalham com
639 educação ambiental. Cada órgão então expôs o seu trabalho. Nós recebemos para essa
640 apresentação de educação ambiental DMLU, DEP, DMAE e SMAM, SMED, Seda e SMIS.
641 Seria isso então? Podemos passar para a próxima pauta? COMAM Debate.

642 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Isto. COMAM Debate. Uma pequena observação inicial.
643 Acredito que para uma proposta dessa natureza, nós utilizando uma tarde, eu acredito que
644 possa ter uma utilidade maior no sentido de nivelamento na questão de conceitos e do
645 estado das coisas que acontecem em Porto Alegre. Porque para um maior aprofundamento
646 eu acho – me parece – que o tempo seria muito pequeno. Mas também – e aí eu faço eco
647 às manifestações que os conselheiros fizeram na reunião anterior, do mês passado, do
648 COMAM – no sentido de que de fato, Porto Alegre precisa fazer o seu tema em relação a
649 isso. Então parece que sim. Nós poderemos fazê-lo neste ambiente convidando AGAS; até
650 já conversei com associados da AGAS e acho que o CDL, no caso, não teria muito a
651 contribuir nesse momento. AGAS sim, que aí estaria uma associação à qual se vinculam a
652 maioria dos mercados com grande circulação de produtos das mais diversas naturezas. O
653 DMLU pelo lógico. Nós também convidaríamos para uma explanação a doutora Paula, com

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

654 quem eu já fiz um contato inicial, para nos apresentar, na verdade, qual é o significado, a
655 amplitude e a profundidade na lei e na política de resíduos, a previsão da logística reversa.
656 Vocês acham que é necessário? É importante? Eu só fiz um contato preliminar, não
657 confirmei ainda. Que a partir disso, me parece, aí nós ouviríamos a AGAS, DMLU, óbvio a
658 SMAM. A SMAM não vai fugir da sua responsabilidade. E o Ministério Público. Estaria bem,
659 porque seriam cinco... E até eu gostaria que alguém do COMAM coordenasse os trabalhos.
660 (...)

661 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Na verdade a condução aqui do evento. Bom, isso não é um
662 problema também.

663 **Ludwig Buckup, do Igré:** Existe um setor que é um grande gerador de resíduos também.
664 Não sei se eles têm uma entidade que congrega todos eles. O setor de restaurantes e
665 similares. Entende? Que não são exatamente setores de varejo.

666 (...)

667 **Ludwig Buckup, do Igré:** Bem, mas eu acho que essa gente precisa também participar.
668 Minha opinião que deva participar; se for considerado oportuno é claro.

669 **Cláudio Dilda, da SMAM:** É que na verdade nos parece – não que não tenha – mas o
670 volume maior do resíduo é orgânico. Nos restringe... Ele é compostável, uma forma de
671 reciclar, mas...

672 (...)

673 **Cláudio Dilda, da SMAM:** É. Mas ele não se insere, pelo menos conceitualmente, no que
674 nós classificamos. Me parece – até onde eu percebi na lei – no que diz respeito à logística
675 reversa. Nós estaríamos propondo, no caso, uma temática mais restrita. Agora, nada
676 impede que a gente volte a isso no momento que o COMAM julgar oportuno. Pode ser
677 professor Ludwig Buckup? Valeu meu mestre. DMLU.

678 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Me colocar à disposição para o evento. Certamente não somos
679 casados com a Paola, mas temos profissionais (...) inseparáveis. Por isso agora com a
680 reformulação lá na SMAM (...). Apenas é o seguinte há uma coisa na Política Nacional de
681 Resíduos Sólidos que eu tenho alertado bastante dentro do DMLU, que é o seguinte: toda
682 ação de logística reversa que for empreendida pelo poder público, necessariamente tem
683 quer ser remunerada por quem de dever. Ou seja, a coleta seletiva que nós fazemos do
684 saquinho da massa Isabela, do saquinho da embalagem, enfim, que vai lá para as
685 unidades de triagem...

686 **Cláudio Dilda, da SMAM:** É um comercial...

687 (...)

688 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Seria obrigação do fabricante do produto a logística reversa da
689 embalagem. A gente quase sempre se lembra só daquele resíduo que é problemático: a
690 lâmpada, a pilha. Mas nós que fazemos a coleta seletiva, nós teríamos que ser, não é
691 remunerados a palavra, ressarcidos do custo que nós temos pelo setor produtivo.
692 Conversando, na minha direção lá tem basicamente advogados, então eles também estão
693 um pouquinho por dentro disso. Me falaram, comentaram que falta um marco jurídico para
694 isso. Mas acho que poderíamos trazer também alguém da PGM para conversar a esse
695 respeito. Para verificar como é que a gente pode trazer essa fonte de recursos desse
696 ressarcimento, para os cofres públicos do município. Haja visto que nós estamos fazendo
697 parte dessa lógica reversa e não estamos sendo remunerados para isso. Obrigado.

698 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Devidamente registrado e acatado, PGM vai estar aqui. O
699 professor Ludwig Buckup propõe uma alteração de data?

700 **Ludwig Buckup, do Igré:** Eu acho que talvez coubesse numa análise especial. Mas eu me
701 refiro menos às partes orgânicas do que todos os imensos volumes de embalagens de todo
702 tipo que o setor de restaurantes realmente utiliza. Por isso me lembrava deles. Porque eu

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

703 tenho visto esse pessoal acumular este material e não lhe dar nenhum tipo de destino
704 razoável. Enfim, essa foi a origem da minha sugestão.

705 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Uma observação: eu acho que vocês vão querer me dar um
706 golpe de estado aqui, porque eu não consigo calar minha boca, mas tudo bem. Quem sabe
707 amanhã ou depois a gente mude o procedimento e alguém, outro, que não o município
708 presida este Conselho.

709 (...)

710 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Eu dei esse pontapé inicial na FEPAM. Fui eu. O Valtemir me
711 substituiu lá. FAMURS. Mas assumimos, Cláudia, o compromisso de buscar a entidade que
712 representa o setor também de bares, restaurantes. É perfeitamente pertinente.

713 (...)

714 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Mas referindo agora a sua proposição de alteração de data, de
715 26 para 25.

716 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Na reunião do Comitê Executivo.

717 **Ludwig Backup, do Igré:** Ah sim, tá, perfeito. Não, tudo bem. Eu acho que os argumentos
718 foram apresentados. O que havia no dia 26?

719 **Magda Creidy Satt Ariolli, do CRBIO 3:** Vocês têm um evento do Igré, lembra?

720 **Ludwig Backup, do Igré:** Agora eu estou me lembrando, é que pega assim no galopear
721 estonteante do improviso. Não. É verdade. É que o Igré faz este ano 10 anos de atividade e
722 nós temos um ciclo de debates em andamento. Aliás, o primeiro foi muito interessante,
723 tratamos de questões realmente muito atuais. Mas eu lembro que no dia 26 nós temos uma
724 Conferência já marcada, já há quase meio ano. Então se possível, pudéssemos antecipar
725 para um dia antes ou outro que fosse adequado. Esse é o pleito que eu apresento.

726 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Pois bem. Submeto o pleito da Igré para os senhores
727 conselheiros. Dia 26 é uma quinta-feira, dia 25 seria uma quarta-feira.

728 (...)

729 **Cláudio Dilda, da SMAM:** O Conselho é soberano para decidir. Postergamos uma
730 semana? Problema nenhum.

731 (...)

732 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Que a quinta-feira sim. Mas pode ser a primeira quinta-feira de
733 outubro?

734 (...)

735 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS** É que nós havíamos marcado previamente para o
736 dia da reunião ordinária, mensal, da plenária, 26 de setembro. Fizemos essa discussão
737 inclusive de que se faria na data da reunião mensal ou se faria numa data especial. Eu
738 acho que a demanda da Igré é justificável, até porque – não sou do Igré – mas acredito que
739 estende-se o convite para a Conferência do Igré a todos os conselheiros, né professor? A
740 sugestão talvez seria manter o dia da semana e fazermos fora da reunião ordinária.
741 Poderia ser 3 de outubro, que é uma semana depois da reunião da plenária do COMAM.

742 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Alguma outra proposição? 3 de outubro. Estou submetendo a...

743 (...)

744 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Ela não é uma reunião, é um evento. Então faríamos o seguinte:
745 dia 3 de outubro o evento e dia 26 mantemos a nossa reunião ordinária. Pode ser? Caros
746 senhores, contrariando José Sarney, os favoráveis levantem a mão. Contrariando José
747 Sarney. Os favoráveis ficam como estão. Aprovado. Muito bem. Então nós no dia 26
748 faremos a nossa reunião ordinária e no dia 3 de outubro o nosso evento. Que na verdade
749 ele vai ser um evento, digamos assim, experimental. Nós vamos sentir, ver os resultados. E
750 a partir dele nós vamos discutir se esse formato é bom e no que nós poderíamos melhorar
751 e assim por diante. Muito bem meus prezados mestres. O sexto item da nossa pauta de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

752 hoje, antes de adentrarmos nos assuntos gerais, é a organização da comissão para a 6ª
753 Conferência Municipal do Meio Ambiente a ser realizada no próximo ano. Com a palavra os
754 senhores conselheiros. Na verdade está propondo aqui a organização da comissão. E
755 penso que é oportuno, não é pessoal? Por que em que mês vai ser realizada a
756 Conferência? Tradicionalmente em que mês é? Não tem?

757 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Eu peguei informações aqui da última. Então temos que
758 formar uma comissão executiva e essa comissão executiva vai escolher coordenadores,
759 relatores e facilitadores. A comissão executiva: três vagas de servidores da SMAM, oito
760 vagas para conselheiros do COMAM e o Secretário, que é o presidente do COMAM. Então
761 temos que escolher oito.

762 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Oito conselheiros. Há por livre e espontânea vontade ou eu
763 fecho os olhos e aponto?

764 (...)

765 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Ou fica de tema de casa para pensarem. Porque muitos
766 já se retiraram também.

767 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Inclusive a questão de data. Eu acho que é importante. Até na
768 reunião passada alguns conselheiros ponderaram. Que eu havia proposto semana do meio
769 ambiente. Mas semana do meio ambiente tem uma série de eventos que se superpõem.
770 Muito bem.

771 (...)

772 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Para organizar, isto. Do ano que vem, mas que já inicia
773 os trabalhos agora.

774 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem. Deixamos para pensar e para a próxima reunião dia
775 26 batermos martelo? Só que o professor Backup não vai estar aqui. Vai que ele faça
776 questão de integrar.

777 (...)

778 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá bem, tá bem. Combinado então. E a temática... Como é que
779 chama? A comissão executiva vai definir, vai discutir a temática ou os senhores
780 conselheiros desejam fazê-lo ou fazer alguma – nem que seja em nível de divagação –
781 hoje?

782 **Ludwig Backup, do Igré:** Acho que a gente pode fazer um conjunto de propostas.

783 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Combinado. Está bem. Então a comissão executiva fará isto.
784 Agora é só um apelo: porque o próximo ano não vai ter a Conferência Nacional. Eu tenho
785 uma preocupação. Aqui, essa é pré ocupação. Porque, por exemplo, este ano o município
786 de Porto Alegre acabou integrando o evento que aconteceu em Gravataí, então foi um
787 microrregional. Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio, Alvorada... Foram cinco, seis
788 municípios. Só que nós acabamos então não podendo definir. Quantos representantes
789 ficaram? Dois ou três só né? Que vão participar agora, sábado e domingo da fase estadual
790 da Conferência no Plaza São Rafael. Então seria uma pena se mais uma vez a gente não
791 pudesse se somar na discussão, na temática da Conferência Estadual e Nacional. Mas por
792 outro lado, eu acho que esse Conselho tem... É soberano para definir se mantém o próximo
793 ano ou se faz no outro para coincidir com a Estadual e a Federal. Porque acho que é uma
794 pena nós não nos alinharmos a esse foco das conferências.

795 **Magda Creidy Satt Ariolli, do CRBIO 3:** Qual é o foco?

796 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Agora é resíduos.

797 **Ludwig Backup, do Igré:** Na verdade Secretário, eu faço parte do CONSEMA e o assunto
798 ali passou ao largo. Na verdade o CONSEMA deveria ser um setor deliberativo que deveria
799 estar integrado nessa atividade toda. Eu confesso que não tenho a menor ideia quem está
800 fazendo o que nesse Encontro Estadual. Deve ter sido de outros grupos, outras fontes.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

801 Então achei até curioso isso aí. Eu acho que o senhor em boa hora está lembrando o
802 envolvimento necessário do COMAM, que é o órgão deliberativo municipal com a
803 organização da Conferência. Mas não é o que está acontecendo no estado. Lamento lhe
804 informar isto.

805 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Sim. Meus caros conselheiros, eu posso fazer uma proposição?
806 Eu tenho que aprender a calar minha boca, porque vai dar mais trabalho. Mas eu acho que
807 isso não afugenta ninguém. Se nós tivermos a certeza que em 2015 vai acontecer
808 novamente a Conferência Nacional do Meio Ambiente, vamos fazer a nossa no próximo
809 ano. Se em 2015 a temática definida pela Conferência Nacional for diversa daquela que
810 este Conselho vai definir, fazemos uma em 2015 também? Podemos? Pensem. É
811 importante, porque Porto Alegre não é o soldadinho, não pode ser o soldadinho do passo
812 certo. Me parece. Fazemos a nossa; mantemos a periodicidade e se, digamos, as
813 temáticas que nós abordarmos no próximo ano não estiverem contempladas pela
814 proposição do Ministério do Meio Ambiente; fazemos novamente. Porque Porto Alegre não
815 pode perder a dianteira do município no que diz respeito a essas discussões, que depois
816 perpassam estado e União. É essa a preocupação. Só. Fala Andréa. Eu estava
817 estranhando.

818 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Secretário eu acho assim: nós temos razoavelmente
819 mantido no âmbito do município uma certa organização em manter as conferências. No ano
820 passado a Conferência teve uma série de problemas, foi difícil. Mas a gente nadou, nadou,
821 nadou e fez e saíram resoluções. Podem não ter sido os ideais. A gente já fez essa
822 discussão pós-conferência, mas ela aconteceu. No âmbito estadual e até no âmbito
823 nacional, as coisas andam meio soltas. Então o professor Backup já lembrou aqui o fato de
824 que a Conferência Estadual aparentemente surgiu agora e ela não foi discutida em nenhum
825 momento com o CONSEMA. Nós temos batalhado por manter a nossa Conferência. Se a
826 gente tiver que ter uma Conferência anual, desde que nós estejamos trabalhando, eu não
827 vejo problema de nós termos uma Conferência anual, se for o caso. Adiar a nossa
828 Conferência para 2015, esperando que quem sabe se vai ou não acontecer uma estadual,
829 se vai vir ou não uma diretriz nacional é a gente voltar atrás, como está dizendo a Magda.
830 É a gente simplesmente fazer aquilo que a gente não tem feito aqui. Que é esperar que
831 outros me digam o que fazer. O COMAM tem andado com a sua velocidade, com as suas
832 dificuldades, mas tem andado. Eu sou voto vencido aqui. Mais de uma vez discutimos aqui
833 que eu não entendia da necessidade de nós fazermos uma nova conferência, uma vez que
834 o tema da Conferência Estadual desse ano foi contemplado com a nossa conferência do
835 ano passado. Tanto foi que existem resoluções, que nós temos uma Câmara Técnica que
836 está ativa, que está participando. Ok. Por uma questão legal ou por uma questão jurídica,
837 regulamentar entramos nessa questão de participar dessa nova Conferência. Mas assim:
838 se tivermos que fazer uma outra, eu acho que nós deveríamos postular é que as nossas
839 conferências, se têm uma validade de dois anos que ela se mantenha válida até a próxima
840 conferência.

841 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Professor Brack.

842 **Paulo Brack, do INGÁ:** Então, eu creio que mais importante que fazer a conferência é
843 avaliar o que... Os resultados daquela que foi realizada anteriormente. O que a Câmara
844 Técnica e aqui eu acho que se está vendo, eu acho que de Áreas Naturais, por exemplo,
845 que é o tema de casa. Eu acho que isso está sendo feito pelo menos aqui. Eu não sei
846 como é que estão as outras. Mas eu acho que é importante que se... Eu não sei se é o
847 caso de se dar um prazo para definir a data. Mas que a gente consiga ter um conjunto
848 metas. Todo ano eu acho que é muito... Não dá. Eu acho que tem que dar uns dois anos
849 aí, no mínimo, para poder ser implementado aquilo que ficou tirado. Então... Eu sou por

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

850 manter esse período de dois anos e a gente conseguir avaliar aí como é que está o
851 andamento de todas essas áreas que foram discutidas. Hein? As resoluções de cada setor.
852 Então eu acho que isso é importantíssimo. Se atrasar um pouco, de repente atrasa a
853 conferência. Mas que a gente tenha um conjunto de informações de como está o
854 andamento. O que acontece muitas vezes nessas conferências em geral, eu digo na
855 nacional aconteceu isso e estadual também, é que não existe um monitoramento do que foi
856 tirado. Eu vejo que a nacional, infelizmente, a decisão do tema foi feito de cima para baixo,
857 sem uma discussão maior. É importante a questão dos resíduos e tal, mas ela não poderia
858 ter jogado para escanteio uma série de outras questões. A questão da biodiversidade,
859 enfim, outros grandes empreendimentos que estão por aí, licenciamento ambiental. Tudo
860 isso foi jogado de lado e jogaram no nosso colo, quem sabe. Eu nem sei se eu vou
861 participar. Eu acho que não, porque nem vou ter tempo. Mas eu acho que tem manter
862 esses dois anos e então fazer essa avaliação do que foi tirado na última para definir o
863 calendário para a próxima.

864 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Bem dentre, digamos assim, das variáveis que compõem a
865 conferência estadual e nacional, só tem um aspecto e aí obviamente é uma questão de se
866 avaliar, que me trouxe a levantar esse assunto, que é o seguinte: se nós não realizarmos,
867 de acordo com o regulamento – que vem sim de cima para baixo, vem de lá – nós não
868 teríamos a oportunidade de indicar pessoas como delegados na estadual e disputar lá na
869 estadual para alguém da nacional. Só isso. De resto eu acho que todas as temáticas, como
870 sugeriu o professor Brack: biodiversidade e outros. Aí a temática é imensa. A gente já tem
871 até dificuldade em tirar uma opção disso. Mas de resto não... A única desvantagem é essa.
872 Só, mas vamos amadurecer. Vá que de repente 2015 ajude o professor Brack trabalhar,
873 mesmo que ele já tenha estipulado o seu posicionamento. Mas se nós obtivermos – porque
874 esse é um aspecto que pessoalmente eu vou cobrar – vai ser mantida a periodicidade de
875 dois em dois anos da conferência nacional e estadual, ou não? Porque tem um detalhe aí,
876 pertinente, vamos ter eleições no próximo ano, 2015 não se sabe. Não se sabe. E aí como
877 a gente sabe que essas coisas elas têm às vezes um sabor, vão ao sabor do vento, nesse
878 aspecto...

879 (...)

880 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Por favor, não registrem isso em ata. Tá bom. Muito bem. Então
881 na próxima semana a comissão vai se reunir. A gente vai dar esse pontapé inicial e já a
882 partir disso, nós vamos jogar essa partida. Muito bem, assuntos gerais. Está à disposição
883 dos conselheiros a palavra. Muito bem, ninguém tendo assunto para os gerais, 46 minutos.

884 **Neuza Henrich da Rocha, do DMAE:** O assunto é repetitivo e eu estou trazendo por
885 solicitação de colegas. Que é o seguinte: resíduos da construção civil. Os resíduos da
886 construção civil, o município teria uma atribuição de legislar nesse sentido. A situação tem
887 sido cada vez mais difícil e eu pessoalmente entendo que a contribuição do município seria
888 dentro de um Plano Diretor se posicionar e dizer onde é possível que se estabeleçam
889 esses receptáculos desses espaços que iriam receber isso. Os destinos finais então dos
890 resíduos da construção. Me parece que é cada vez mais urgente e foi discutido na última
891 conferência. Eu ouvi aqui a duas semanas atrás, houve uma discussão na Câmara. Não
892 tenho visto nada de concreto nos últimos cinco anos.

893 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Eu tenho uma informação que vai deixá-la muito contente.

894 **Neuza Henrich da Rocha, do DMAE:** Que ótimo.

895 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Sim. E é importante. Eu estava até me passando. Confesso.
896 Muito obrigado pelo 46º minuto. Este assunto já está chegando ao final e está gerando uma
897 legislação muito rígida em relação ao destino final dos resíduos da construção civil.
898 Inclusive vai acompanhar cada – a lei prevê – cada carga de resíduo um manifesto, um

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

899 MTR, Manifesto de Transporte de Resíduo. Três vias. Uma fica com o gerador, uma com o
900 transportador e uma com o receptor. Tá? Mas não é só isso. A única forma que a gente
901 tem de acompanhar a evolução legalmente. Aí você controla volumes e têm-se opções
902 sendo abertas para o destino final ou quando reciclagem, inclusive reaproveitamento de
903 resíduos da construção civil para repor ou como base na abertura de ruas ou como insumo
904 para produção dos mesmos materiais. Então a legislação, essa nova proposta, eu relato
905 aqui para vocês: teve momentos assim, de muita discussão, mas está chegando aos
906 finais. Vai para a Câmara. A Câmara fez algumas audiências públicas. Na verdade a
907 Câmara reuniu caçambeiros. Não foi bem para tratar dos caçambeiros que transportam
908 resíduos da construção civil. Por que isso aconteceu? Porque as opções que boa parte
909 deles tinham está se esgotando. Que é Canoas. Mas eu quero informar os senhores
910 também que nós temos aqui em Porto Alegre, para aqueles que segregam na fonte, ou
911 seja, resíduo da construção civil devidamente segregado, já tem opção. Várias. Agora, para
912 aqueles que querem a comodidade de misturar tudo, não. O preço. Exatamente. Agora
913 estão surgindo alguns cenários propícios, dois ou três deles que recebem o resíduo
914 misturado e segregam, separam, só que o custo é mais elevado, vai pagar mais. Então é
915 uma maneira de reeducar não é? Então paga mais. E os fiscais do DMLU, da SMAM, da
916 Guarda Municipal e da EPTC assim que a lei entrar em vigor vocês vão ter muitas notícias
917 pela imprensa, que vai gostar do assunto. Mas nós vamos gostar mais do resultado.

918 **Neuza Henrich da Rocha, do DMAE:** Que ótimo então. Porque o que a gente precisa é de
919 alternativas, as exigências...

920 **Cláudio Dilda, da SMAM:** É boa a notícia?

921 **Neuza Henrich da Rocha, do DMAE:** É ótima.

922 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem. E uma informação: inscrições para o Prêmio
923 Pioneiras da Ecologia, troféu Giselda Castro, Hilda Zimmermann e Magda Renner.
924 Inclusive está em vários sites. Tu tens algum detalhe mais sobre isso aqui? Temos folders
925 aqui e fichas de inscrição também aqui.

926 **Ludwig Buckup, do Igré:** Na Assembleia Legislativa...

927 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Isto, isto. Comissão de Meio Ambiente da Assembléia. Fala meu
928 caro mestre.

929 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Apenas nessa mesma linha de resíduos da construção civil.
930 Nós temos um histórico de vários anos em que o DMLU disponibilizou locais e aí passou
931 pela João Paris, lá no Sarandi, nos tivemos na Serraria também. E indistintamente se
932 recebia, inclusive resíduos com problema de segregação. Muito a gente se deparou com
933 isso. Mas recebia tanto de pequenos geradores quanto de grandes geradores. A legislação
934 vigente no município que é de 2010 – agora eu vou me esquecer o número da lei – mas
935 basicamente criava Plano de Gestão de Resíduo da Construção Civil do município, né?
936 Preconiza para o pequeno gerador, o município deve receber e para isso o DMLU vem
937 constituindo pontos de recepção chamados Destino Certo. Mas o grande gerador não
938 pode, por essa lei também, e creio pela cabeça maioria das pessoas, o subsidio do poder
939 público com relação aos seus resíduos que são a externalidade do seu processo lucrativo.
940 Quer dizer, nós não participamos da divisão desses lucros, não tem como ficar com um
941 passivo também para nós, isso tem que ser compreendido. Nós temos hoje
942 estabelecimentos que já estão licenciados, nesse caso, para recebimento do gesso, que
943 está sendo aproveitado para indústria de cimenteira e também para indústria de
944 fertilizantes, enfim, material para agricultura como corretor de solos no segundo caso como
945 redutor do cimento do primeiro. Então temos estabelecimento ali depois da ponte Rio
946 Gravataí, ali no município de Canoas, que recebe gesso. Então a partir deste momento nós
947 proibimos a entrada de gesso nas nossas unidades, vamos cumprir a Política Nacional de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

948 Resíduos Sólidos, dá para reaproveitar. É mais barato mandar para lá do que mandar para
949 o DMLU. Então vamos fazer isso. Nós temos estabelecimentos licenciados como o (...), se
950 não me engano...

951 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá saindo do forno...

952 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Saindo do forno. A pedra está saindo do forno.

953 **Cláudio Dilda, da SMAM:** A Ábaco ali perto do aeroporto recebe lixo segregado...

954 (...)

955 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Na Lomba do Pinheiro, é.

956 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá saindo do forno a licença.

957 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Então certamente temos que realmente evoluir nesse sentido,
958 temos. Pegando para nós o que seria realmente atribuição do poder público, mas não
959 entrando também no subsídio. Claro, isso é um mero representante, aqui um conselheiro
960 falando, mas eu acho que passa pela cabeça das pessoas que o município não possa
961 subsidiar uma atividade lucrativa como a construção civil. O pequeno já tem garantido...

962 **Cláudio Dilda, da SMAM:** No DMLU é meio metro cúbico.

963 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Isso. Meio metro cúbico em cada ponto de entrega voluntária,
964 que seria os: Destino Certo, chamadas Unidades Destino Certo. Estamos ampliando o
965 serviço. Não vai dar para ampliar muito esse ano em função de contingências. Mas já
966 temos seis fontes. Recebemos sem custo nenhum das pessoas, pequenas reformas. E o
967 grande é que basicamente os caçambeiros é quem mais nos pressiona. Bom, acho que faz
968 parte também, mas não o subsídio. Não sei o que passa pela cabeça dos demais
969 conselheiros. Eu penso que não subsídio. Não, não, não extraindo pelas pessoas. O
970 subsídio acontecia antes. Grandes construtores entregavam nas nossas unidades sem
971 custo nenhum.

972 **Cláudio Dilda, da SMAM:** O Fontoura pediu. Pode passar. Fala meu mestre.

973 **Leonardo Fontoura, suplente do GP:** Substituindo a Maria do Carmo. Leonardo
974 Fontoura, do Gabinete do Prefeito. Aproveitando a oportunidade dos assuntos gerais.
975 Secretário, é importante manifestar com relação a vários pontos da Ipiranga, com relação
976 ao lixo. Resíduos sólidos de qualquer modalidade, seja seletivo ou não. Se observa que
977 principalmente junto à frente do Bourbon. Acredito que não haja uma organização com
978 relação ao lixo naquela... Na vila, ali da frente. É muito comum diariamente o lixo espalhado
979 ali e o lixo vai para dentro do arroio, com certeza. Aproveitando o nosso representante do
980 DMLU, se pudesse nos dar alguma informação com relação a esse fato?

981 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Qual o local?

982 **Leonardo Fontoura, suplente do GP:** Na frente do Bourbon Ipiranga.

983 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Bourbon Ipiranga, do outro lado. Eu vou buscar junto à nossa
984 divisão de limpeza e coleta, que certamente conhece melhor que eu, que sou da divisão de
985 destino final, qual é o problema. E prometo lhe enviar por email para divulgação sobre essa
986 questão. Ainda hoje à tarde, se houver tempo, eu já vou verificar o que é feito lá.
987 Certamente mais uns 496 focos de lixo no município.

988 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bom meu mestre Fleck. Leonardo, seguinte.

989 **Leonardo Fontoura, suplente do GP:** Tem mais uma ainda. Junto a Euclides da Cunha,
990 seguido os carroceiros colocam material de construção. Bem naquele triângulo do sindicato
991 dos médicos.

992 (...)

993 **Leonardo Fontoura, suplente do GP:** Secretário só a título de informação para a
994 comissão. Porto Alegre dispõe da Escola da Construção Civil e a informação que eu tenho,
995 há muitos anos atrás, quando a Escola ainda era no sindicato, hoje é no SESI. Eles
996 constroem uma casa e demolem essa casa uma vez por mês.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

997 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Exercício concreto. Prezados mestres, Leonardo, se os
998 conselheiros me permitem eu externalizo então aquela vontade da gente fazer chegar logo
999 ao prefeito esse ofício para nós reorganizarmos a questão dos poços tubulares profundos,
1000 o uso da água no município. Até como uma questão de saúde preventiva. Eu acho que é
1001 importante. Eu vou falar contigo lá. Posso? Então tá bom. Nada mais? Está encerrada esta
1002 5ª Reunião Ordinária. Muito obrigado pelo comparecimento de vocês. E digo para vocês: é
1003 um dia ótimo do mês estar aqui com vocês.

Convenção utilizada:

(...) – reticências entre parênteses – significam ou sobreposição de falas, ou fala inaudível ou incompreensível. As reticências normais constituem-se em mero recurso de pontuação.